

arquivo



administração

**PUBLICAÇÃO OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS**

V. 11, N. 2, jul./dez. 2012

577 Clas. PER
& Administração
2
z. 2012 ex.3

1505

SUMÁRIO

EDITORIAL	13	<i>Lucia Maria Velloso de Oliveira</i>
ARTIGOS	15	Arquivistas e o desejo privado de ser ou não documentado <i>Theo Thomassen</i>
	33	<i>As cartas que mando para você são suas</i> <i>Eliane Leitão Vasconcellos</i>
	49	Documentos express: desafios e riscos do acesso online a documentos de arquivo <i>Luciana Heymann</i>
NOTA DE PESQUISA	65	A relação entre a Gestão de Documentos e os Sistemas de Gestão da Qualidade <i>Anna Duala Pessoa do Rosário</i>

Arq. & Adm.	Rio de Janeiro	v. 11	n. 2	p. 1-92	jul./dez. 2012
-------------	----------------	-------	------	---------	----------------

Catálogo na publicação (CIP)

Arquivo & Administração / Associação dos Arquivistas Brasileiros. Ano 1, n. 0 (1972) -

Rio de Janeiro: AAB, 1972 -

v. : 23 cm.

Semestral

Publicação oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros.

ISSN 0100-2244

1. Arquivo – Periódico. 2. Gestão de documentos – Periódico. I. Associação dos Arquivistas Brasileiros.

CDD 025.171

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

Membros da Diretoria e do Conselho Editorial

Diretoria

Presidente: Lucia Maria Velloso de Oliveira

1ª Vice-presidente: Margereth da Silva

2ª Vice-presidente: Isabel Cristina Borges de Oliveira

Secretário Geral: Leila Estephano de Moura

1º Tesoureiro: Renata Silva Borges

Conselho Editorial

Ana Maria de Almeida Camargo

Eduardo Ismael Murguía Marañón

José Maria Jardim

Lucia Maria Velloso de Oliveira

Luciana Duranti

Maria Celina Soares de Mello e Silva

Paulo Roberto Elían dos Santos

Sérgio Conde de Albite Silva

Theo Thomassen

EDITORIAL

O segundo número da Revista Arquivo & Administração de 2012 apresenta aos seus leitores três artigos que refletem conferências realizadas dentro da programação do XVI Congresso Brasileiro de Arquivologia. O Congresso - com o tema central *Preservação, Acesso, Difusão: desafios para as instituições arquivísticas no século XXI* - foi realizado de 18 a 22 de junho 2012, na cidade do Rio de Janeiro, com o apoio das agências de fomento CNPQ, CAPES e FAPERJ, além das instituições públicas Fundação Casa de Rui Barbosa, Casa de Oswaldo Cruz e Arquivo Nacional.

O primeiro artigo, de autoria do professor da Universidade de Amsterdã e grande teórico contemporâneo da área, Theo Thomassen, com o título original *Archivists and the private desire to be or not to be documented*, foi traduzido para publicação em nosso periódico por Lucia Maria Velloso de Oliveira. O texto do professor discute a mudança do paradigma custodial para não-custodial dentro de uma sociedade que cada vez mais se organiza em rede, e onde o arquivo pessoal deixa de ficar na periferia das discussões arquivísticas. O autor também discute os impactos dessa mudança para a própria profissão.

Os dois artigos seguintes, de autoria de Eliane Leitão Vasconcelos, pesquisadora da Fundação Casa de Rui Barbosa, e de Luciana Heymann, pesquisadora do CPDOC/FGV, com os títulos respectivamente, *As cartas que mando para você são suas* e *Documentos express: desafios e riscos do acesso online a documentos de arquivo* foram elaborados a partir das conferências que as autoras proferiram no *II Seminário de Arquivos Pessoais na Era Digital*, que fez parte da programação do Congresso. O *II Seminário* apresentou a discussão sobre a produção e preservação dos documentos digitais e sua relação com os documentos tradicionais, no âmbito da vida pessoal. O texto de Eliane Vasconcelos aborda o gênero epistolar e considera como campo empírico a documentação produzida e acumulada por escritores brasileiros, mas dá especial destaque à questão dos direitos autorais. Já a autora Luciana Heymann oferece ao leitor a possibilidade de acompanhar suas considerações sobre os efeitos e consequências nas dinâmicas de pesquisa relacionadas ao uso de bases de dados e ao acesso on-line.

Encerramos o número da Revista com um trabalho na Seção *Notas de Pesquisa*, de autoria de Duala Pessoa do Rosário. Com o título *A relação entre a gestão de documentos e os sistemas de gestão da qualidade*, a autora analisa essencialmente de que forma a gestão de documentos pode contribuir para os sistemas de gestão da qualidade, oferecendo uma reflexão sobre os diálogos que se fazem necessários para que se possa estabelecer a relação direta entre ambos.

A todos, uma boa leitura! E lembrem-se: a revista é um espaço aberto. Contribua para a literatura em Arquivologia publicando conosco!

Lucia Maria Velloso de Oliveira

Ainda a este respeito, o Código de Ética, aprovado pelo Comitê Executivo do Conselho Internacional de Arquivos durante o XIII Congresso Internacional de Arquivos realizado em setembro de 1996, em Beijing, assim se pronuncia: "Os arquivistas defendem o respeito à vida privada das pessoas que estão ligadas à origem ou que são a própria matéria dos documentos, sobretudo daquelas que não foram consultadas quanto à utilização ou ao destino dos documentos."

No que diz respeito aos direitos autorais, o nosso pesquisador é informado sobre a legislação vigente e sobre os procedimentos que deve cumprir para ter seu trabalho publicado sem problemas legais. Sugerimos àqueles que forem pesquisar em acervos que, sempre que possível, peçam autorização aos herdeiros do titular, informando sempre qual o objetivo de sua pesquisa e solicitando igualmente autorização para reprodução. Salientamos ainda que, para a publicação de um trabalho, seja ele acadêmico ou não, é necessária a autorização do signatário da carta, pois é ele que detém o direito autoral.

Em resumo, aquele que trabalha com cartas deve ter consciência do direito da sociedade à informação, mas deve saber também que o cidadão tem direito à privacidade.

Desafios e riscos do acesso online a documentos de arquivo¹

Luciana Heymann²

RESUMO

O acesso aos documentos depositados em instituições arquivísticas vem sendo ampliado e democratizado mediante o recurso a novas tecnologias de referenciamento de informações e de digitalização. Tais inovações visam, entre outros objetivos, a atender à demanda crescente dos usuários, hoje majoritariamente familiarizados com as tecnologias digitais e com as facilidades proporcionadas pela internet. O recurso a bases de dados e o acesso a documentos online tem efeitos importantes, porém, nas dinâmicas de pesquisa, tornando fundamental a reflexão sobre tais efeitos por parte dos profissionais que atuam em instituições arquivísticas. A palestra vai abordar essa problemática, tomando como ponto de apoio empírico o acervo de arquivos pessoais do CPDOC, totalmente referenciado por meio de sistema informatizado e parcialmente digitalizado.

Palavras-chave: Acesso à informação; Documento digital; Indexação; Usuário.

Express Documents: challenges and risks of on line access to archive documents

Abstract

Access to documents in archival institutions is being expanded and democratized by the use of new information technologies of referencing and digitalization. These innovations are aimed, among other objectives, to meet the growing demand of users, now mostly familiar with digital technologies and the facilities offered by the Internet. However, the use of databases and the access to online documents have important effects on the dynamics of research, and it is fundamental for the professionals working in archival institutions to analyze those effects. The lecture will address this issue, taking as empirical

¹ Texto originalmente apresentado no II Seminário de Arquivos Pessoais da Era Digital, realizado no âmbito do XVII Congresso Brasileiro de Arquivologia (Rio de Janeiro, junho de 2012).

² Doutora em Sociologia, pesquisadora do CPDOC/FGV, professora do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais e da Escola de Ciências Sociais e História, ambos da FGV.

base the CPDOC collection of personal archives, fully referenced through a database and partially digitalized.

Keywords: Access to information; Digital document; Indexing; User.

1 Introdução

Início com uma citação: “Até então, o documento era um objeto: passaporte, petição, livro, artigo, dossiê de arquivo, e qualquer outro traço, solidário de seu conteúdo. O traço era validado por sua materialidade. Tudo repousava sobre a solidez desse par, tão indissociável quanto o signifiante e o significado de Saussure. Eis que então o desenvolvimento do digital nos obriga a destrancar o tesouro, a abrir esse frasco cuja poção, mágica mas volátil, escapa. Ao pulverizar os conteúdos e atravessar os suportes, a informação digital fez bailar essa crença que parece doravante ingênua. O documento não é mais um objeto fechado em um envelope escondido, tanto quanto a alma humana não se encerra em um barril.” Com essas palavras Michel Melot (2006) inicia o prefácio do livro *O documento à luz do digital*, de Roger Pédaque, nome fictício adotado pela rede pluridisciplinar que durante três anos reuniu cerca de 170 pesquisadores em torno do projeto “Documentos e conteúdo: criação, indexação, navegação”, ligada ao Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), na França.

Essa formulação provocadora introduz a pergunta central que Roger Pédaque buscará responder ao longo dos três capítulos do livro: o que aconteceu com a noção de *documento* na era digital? Negando a oposição entre o analógico e o digital, Pédaque assume que a digitalização de uma imagem não elimina sua natureza analógica, mas produz uma interpenetração que faz com que as duas modalidades não possam mais ser pensadas em estado puro. O convite à reflexão não estará centrado, portanto, na oposição entre conteúdo e forma, mas na questão dos usos do documento, o que me parece um caminho estratégico.

De fato, o acesso aos documentos depositados em instituições arquivísticas vem sendo ampliado e democratizado mediante o recurso a novas tecnologias de referenciamento da informação e de digitalização. Tais inovações visam, entre outros objetivos, a atender à demanda crescente dos usuários, hoje majoritariamente familiarizados com as tecnologias digitais e com as facilidades proporcionadas pela internet. O recurso a bases de dados e o acesso a documentos online tem efeitos importantes, porém, nas dinâmicas de pesquisa, tornando fundamental a reflexão sobre tais efeitos por parte dos profissionais que atuam nas

instituições de guarda. Minha comunicação pretende problematizar esse contexto usando como ponto de apoio a gestão e difusão do acervo de arquivos pessoais depositado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV). Menos do que um relato de experiência, meu objetivo é propor algumas questões para reflexão e sugerir caminhos de pesquisa que considero oportunos no cenário de mudanças pelo qual passa o universo dos arquivos.

O primeiro ponto para o qual cabe chamar atenção nesse novo contexto diz respeito à necessidade de estabelecer canais de diálogo com profissionais de outras áreas, sobretudo aquelas relacionadas à tecnologia da informação e à matemática aplicada, para não falar nas disciplinas mais próximas à Arquivologia, em relação às quais disputas acadêmicas e institucionais muitas vezes dificultaram uma franca colaboração. No campo das ciências humanas, me parece produtivo agregar ao coletivo, também, historiadores, sociólogos, antropólogos. A sociedade da informação produz impactos no campo do conhecimento e das técnicas, mas também no campo das relações sociais. Nesse contexto, ou nos dispomos a trabalhar juntos, respeitando especificidades, ou estamos fadados a inventar a roda enquanto a comunidade de usuários se desloca em trem-bala.

O diálogo nem sempre é fácil, sendo importante, de um lado, investir em estratégias e recursos de mediação, que variam de formações interdisciplinares a esforços para produzir protocolos que envolvam profissionais de distintas áreas, passando, na sua versão talvez mais consolidada, por projetos que reúnam equipes multidisciplinares (como é o caso da rede de pesquisadores francófonos), nos quais objetivos particulares podem se beneficiar do comprometimento coletivo. Se a ideia de um projeto for reunir “profissionais de arquivo” e “prestadores de serviço da área tecnológica”, há pouca chance de se fundar um diálogo que ultrapasse o cumprimento burocrático dos objetivos mais imediatos do projeto; na melhor das hipóteses. Estratégias de mediação implicam deslocamentos intelectuais e disciplinares, além de curiosidade científica e disposição para o diálogo.

O contexto digital exige reflexões sobre o estatuto dos documentos de arquivo, com desdobramentos evidentes no que diz respeito aos atributos da organicidade, da autoria e da autenticidade (Melot sugere que a “verdade digital” impõe uma mudança da noção de autenticação para a de “traçabilidade” ou rastreamento). Mas o mundo digital exige também uma reflexão sistemática quanto aos efeitos epistemológicos da adoção de mecanismos de automação e difusão digital das informações arquivísticas. Enquanto considerarmos que a tecnologia é apenas um instrumento, um meio para a consecução dos mesmos fins; ou um recurso mais eficiente para produzir os mesmos resultados, estaremos perdendo de vista uma dimensão importante.

As ferramentas de automação e as tecnologias digitais, ao introduzirem mudanças no processamento das informações arquivísticas, obrigando os profissionais a pensá-las a partir de novos enquadramentos e, sobretudo, ao alterarem profundamente as formas pelas quais tais informações são acessadas, produzem novos sentidos para os acervos e conformam novas práticas. Tais sentidos e práticas impactam a pesquisa e, conseqüentemente, a produção do conhecimento. Meu ponto é que a ideia de que as técnicas são metodologicamente neutras impede uma reflexão sobre seus efeitos epistemológicos (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 1999, p. 54). Não tenho conclusões adiantadas a esse respeito. Minhas impressões se baseiam em minhas próprias estratégias de pesquisa, tantas vezes orientadas pela acessibilidade digital, e nas demandas, cada vez mais freqüentes, endereçadas pelos usuários às instituições de acervo. Digitalizar e disponibilizar online se tornaram imperativos (em consonância, aliás, com o imperativo memorial e patrimonial que caracteriza a sociedade contemporânea – “tudo é arquivo e deve ser preservado e disseminado”).

Mas há uma falácia na ideia de que o acesso online a bases de dados e a documentos equivale, de maneira direta e imediata, à universalização da informação. Não é isso que ocorre. Em primeiro lugar, porque esses dispositivos, ao mesmo tempo em que democratizam o acesso, viabilizando consultas em nível planetário, podem obscurecer contextos arquivísticos e enquadramentos institucionais. E quando isso ocorre? Quando se desprezam dados completos relativos à natureza dos acervos acessados, ou quando a ferramenta produz a impressão de que os resultados obtidos em determinada consulta são exaustivos, quando são parciais e dependentes de decisões que escapam ao campo de visão do usuário. Refiro-me, por exemplo, a políticas institucionais que definem *o que é digitalizado*, bem como às políticas de indexação adotadas. Citando mais uma vez Melot, “se queremos ir mais longe no sentido do controle igualitário das novas tecnologias, é necessário rastrear os estratagemas que tornam os seus processos opacos” (MELOT, 2006, p. 15). Não se trata de afirmar que o mundo analógico é garantidor de transparência e o digital marcado pela opacidade, isso seria tomar o argumento pelo avesso. Trata-se, sim, de atentar para os dispositivos de mediação que a tecnologia interpõe entre documento e usuário, mais robustos e inapreensíveis do que os dispositivos tradicionais, e de buscar tornar o mais explícita possível a economia do meio digital. Trata-se também de reconhecer que as apreensões de contexto e conjunto ficam bastante comprometidas nesse meio, exigindo cautela redobrada para a disponibilização de documentos arquivísticos.

Além disso, a universalização muitas vezes presumida parece anular a dimensão que mais caracteriza o universo digital: as comunidades ilimitadas, imprevisíveis, inapreensíveis e fugidias de usuários. Se há pontos de vista divergentes quanto às mudanças

e deslocamentos que o digital produz no documento, e no documento de arquivo em particular, um ponto parece pacífico: as novas tecnologias ampliaram de maneira inusitada as comunidades de usuários, cujo perfil não é mais possível delinear completamente. Ao mesmo tempo, quanto mais amplas tais comunidades, mais perguntas nos serão feitas e maior o número das que ficarão sem resposta. Alguns dirão que é impossível para as instituições atender às expectativas dos usuários quando não se está mais lidando com pesquisadores acadêmicos, estudantes de nível superior e jornalistas – uma comunidade com a qual sempre interagimos, mesmo quando consideramos suas demandas pontuais e redutoras do ponto de vista da pesquisa histórica. Outros argumentarão que não se trata mais de responder a perguntas de usuários, mas de fornecer conteúdos a partir dos quais os usuários formularão suas perguntas e elaborarão suas respostas.

De maneira geral, porém, a despeito dessas visões mais reativas, prevalece a ideia de que o advento da tecnologia, além de abrir possibilidades de novos usos para os acervos, favorece o estabelecimento de novos canais de comunicação entre usuários e serviços arquivísticos. Se, por um lado, é verdade que a relação se complexifica, por outro, a tecnologia permite um diálogo em novas bases, capaz de oxigenar as práticas arquivísticas e de criar uma nova cultura informacional – mais democrática e descentralizada – nas vetustas instituições de memória. Esses avanços não acontecem espontaneamente. Ao contrário, eles demandam investimentos materiais e humanos (mais uma vez, equipes interdisciplinares são essenciais), e a criação de mecanismos de intercâmbio entre usuários e instituição. Como sugere Lucia Velloso de Oliveira, nesse contexto é possível aprimorar instrumentos de recuperação da informação e de representação dos conteúdos informacionais por meio da inserção do usuário como agente, e não apenas como receptor, desses conteúdos, processo que impõe a revisão do próprio fazer arquivístico (OLIVEIRA, 2006, p. 54).

Tomando como ponto de partida essas diretrizes gerais, que apontam para a cooperação interdisciplinar, para a reflexão sobre os efeitos epistemológicos da tecnologia colocada à disposição do processamento e do acesso aos arquivos e para a necessidade de conhecer as práticas dos usuários diante desse novo cenário, vou apresentar de forma breve o processo de automação e digitalização do acervo de arquivos pessoais reunidos no CPDOC/FGV.

2 A informatização e a digitalização do acervo documental do CPDOC

Até o ano 2000, os usuários do acervo de arquivos pessoais do CPDOC faziam suas consultas por meio dos inventários analíticos dos cerca de 100 fundos disponíveis para

consulta, à época. Tais instrumentos forneciam ao usuário a descrição de cada uma das unidades documentais que integram as séries e eventualmente as subséries estabelecidas pelo arranjo. Além da descrição das unidades documentais, cada inventário possuía, a título de apresentação, uma ficha técnica com informações gerais sobre a história do arquivo, a biografia do titular, a descrição do arranjo adotado pelos documentalistas responsáveis e um breve resumo de cada série.

O pesquisador era obrigado a manusear o inventário para fazer sua pesquisa, o que significava deslocar-se até a instituição e debruçar-se sobre o instrumento de pesquisa para buscar os documentos que, porventura, pudessem ser-lhe úteis. A recuperação imediata de um documento ou de um assunto era impossível, assim como “cruzar” informações entre os vários fundos, já que não havia indexação das unidades documentais. Tudo isso significava um dispêndio grande de tempo de pesquisa, o provável manuseio de vários inventários e, muitas vezes, a coleta de informações junto aos responsáveis pelo tratamento dos arquivos que, durante muitos anos, atendiam eles próprios os usuários ou eram facilmente acessíveis para consultas informais. Ainda que possa parecer um passado longínquo, essa era a realidade da maioria dos serviços arquivísticos há uma década.

Havia inconvenientes óbvios nesse contexto analógico. Por outro lado, o contato com o inventário dava aos usuários uma visão geral de cada fundo e, o que me parece mais importante, informava sobre as diretrizes que orientaram a sua organização. Ao descrever o arranjo, o pesquisador responsável explicava as decisões tomadas na definição das séries e subséries a partir da realidade documental encontrada (remontando algumas vezes à ordem original do fundo), tornando visível a interferência do documentalista na produção da fonte de pesquisa que o usuário iria consultar. Essas informações continuam a ser produzidas hoje, e estão disponíveis ao pesquisador interessado, mas elas não fazem parte necessariamente do percurso de pesquisa que será seguido pelo usuário.

Ao longo da década de 1990, foi ganhando corpo o desejo de, e a pressão por, implantar um sistema informatizado de recuperação de dados do acervo do CPDOC, seguindo a tendência geral de informatização de serviços voltados para a pesquisa – seja em bibliotecas seja em arquivos – visando à democratização do acesso (o horizonte sempre foi a internet), à agilidade e precisão na recuperação de informações por parte dos usuários.

Não será possível fazer uma etnografia do processo de informatização do acervo, embora essa fosse uma boa maneira de reconstruir as decisões, políticas e técnicas, que orientaram a implantação da nossa base de dados, denominada *Accessus*, de entender as opções feitas ao longo desse processo e de verificar os efeitos que produziram na

configuração final do sistema. A base “aposentou” inventários e catálogos e tornou possível realizar pesquisas em todo o acervo por meio de *chaves de busca*. A partir de então, o usuário podia digitar um assunto e obter uma resposta que cruzava as informações constantes nos vários fundos e, mais do isso, podia fazê-lo de qualquer lugar com acesso à internet.

Para tornar possível a varredura de todo o acervo a partir de um tema de pesquisa, foi necessário indexar as unidades documentais, o que foi feito utilizando-se a “Linguagem controlada em história do Brasil e áreas afins”, uma ferramenta criada pela equipe do CPDOC para a representação temática das informações constantes nos diversos arquivos que compõem o acervo. O objetivo dessa ferramenta era padronizar os descritores por meio dos quais as unidades documentais seriam indexadas de maneira que o usuário, ao escolher um termo constante na linguagem (hoje o universo de descritores ultrapassa os doze mil termos), obtivesse como resposta todas as unidades documentais indexadas com esse descritor no acervo. Ao clicar em cada uma dessas respostas, a descrição da unidade (documento ou dossiê) e os metadados contextuais eram disponibilizados na tela.

A construção dessa linguagem se inspirou em modelos de tesouros utilizados na área da Biblioteconomia³ e agregou um grande número de pesquisadores da casa, historiadores e cientistas sociais, com o objetivo de discutir a pertinência, consistência e abrangência dos termos que melhor representariam eventos, instituições, assuntos, movimentos políticos etc. Uma primeira constatação remete ao fato de que a construção da linguagem baseou-se no conhecimento histórico acumulado na instituição: os interesses de pesquisa e a visão acadêmica predominaram na definição dos termos. Olhando para trás, poderia se afirmar que a ideia que orientava a informatização no final da década de 1990 era, fundamentalmente, atender de forma mais eficiente e democrática o pesquisador que até então era obrigado a acorrer ao Centro e, secundariamente, gerar maior visibilidade para o acervo, diversificando esse público. Não estava em pauta, à época, sistemas de busca que integrassem o usuário como agente do processo, nem se aquilatava de forma precisa a quantidade de acessos e o perfil de usuários que o sistema iria atrair.

Mais de dez anos depois, várias mudanças foram incorporadas ao sistema, mas a linguagem de indexação ainda segue a inspiração do controle vocabular de

³ Tesouro é um vocabulário controlado que reúne termos derivados da linguagem natural, normalizados e preferenciais, agrupados por afinidade semântica, com indicação de relações de equivalência, hierárquicas, partitivas, de negação e funcionais estabelecidas entre eles. (Cf. Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/Media/Dicion%20Term%20Arquiv.pdf>).